

Maria Sylvia Zanella
Di Pietro

DIREITO
ADMINISTRATIVO

31^a revista,
edição atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 29.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 30.01.2018

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P682d

Pietro, Maria Sylvia Zanella Di

Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 31. ed. rev. atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7912-6

1. Administração pública - Brasil. I. Título.

18-46961

CDU: 343.81

Sumário

Capítulo 1	O Direito Administrativo	1
1.1	Formação do Direito Administrativo	1
1.2	Fundamentos filosóficos e constitucionais do Direito Administrativo.....	4
1.3	Contribuição do direito francês.....	9
1.4	Direito Administrativo alemão.....	12
1.5	Direito Administrativo italiano.....	15
1.6	Direito Administrativo anglo-americano	16
1.7	Direito Administrativo brasileiro	23
1.8	O Direito Administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística, do <i>common law</i> e do direito comunitário europeu	26
1.9	Transformações do Direito Administrativo brasileiro.....	31
1.10	Objeto do Direito Administrativo.....	47
1.11	Métodos de estudo	50
1.11.1	Escola legalista, exegética, empírica ou caótica	50
1.11.2	O estudo do Direito Administrativo jurisprudencial	51
1.11.3	Direito Administrativo e Ciência da Administração.....	51
1.11.4	Crítério técnico-científico de estudo do Direito Administrativo	52
1.12	Fontes do Direito Administrativo.....	53
1.13	Conceito de Direito Administrativo	67
1.13.1	Escola da <i>puissance publique</i>	67
1.13.2	Escola do serviço público.....	68
1.13.3	Crítério do Poder Executivo	69
1.13.4	Crítério das relações jurídicas.....	69
1.13.5	Crítério teleológico.....	70
1.13.6	Crítério negativo ou residual	70
1.13.7	Crítério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado	71
1.13.8	Crítério da Administração Pública.....	71
1.13.9	Nossa definição	72
	Resumo.....	73

Capítulo 2	Administração Pública	75
2.1	O vocábulo <i>administração</i>	75
2.2	A expressão <i>Administração Pública</i>	76
2.3	Administração Pública e governo	76
2.3.1	Aspecto objetivo.....	76
2.3.2	Aspecto subjetivo.....	78
2.4	Administração Pública em sentido estrito.....	80
2.5	Administração Pública em sentido objetivo.....	80
2.6	Administração Pública em sentido subjetivo.....	83
	Resumo.....	84
Capítulo 3	Regime Jurídico Administrativo	87
3.1	Regimes público e privado na Administração Pública.....	87
3.2	Regime jurídico administrativo.....	88
3.3	Princípios da Administração Pública	90
3.3.1	Legalidade	91
3.3.2	Supremacia do interesse público.....	92
3.3.3	Impessoalidade.....	94
3.3.4	Presunção de legitimidade ou de veracidade.....	95
3.3.5	Especialidade.....	95
3.3.6	Controle ou tutela.....	96
3.3.7	Autotutela.....	96
3.3.8	Hierarquia.....	97
3.3.9	Continuidade do serviço público.....	97
3.3.10	Publicidade.....	98
3.3.11	Moralidade administrativa.....	103
3.3.12	Razoabilidade e proporcionalidade.....	105
3.3.13	Motivação.....	107
3.3.14	Eficiência.....	108
3.3.15	Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé.....	110
	3.3.15.1 Segurança jurídica.....	110
	3.3.15.2 Proteção à confiança.....	111
	3.3.15.3 Boa-fé.....	112
	3.3.15.4 Aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança.....	113
3.4	Poderes da Administração.....	115
3.4.1	Normativo.....	115
3.4.2	Disciplinar.....	119
3.4.3	Decorrentes da hierarquia.....	120
	Resumo.....	123
Capítulo 4	Serviços Públicos	127
4.1	Conceito.....	127
4.1.1	Serviço público em sentido amplo.....	127
4.1.2	Serviço público em sentido restrito.....	130
4.1.3	Evolução.....	131
4.1.4	Conclusões quanto ao conceito.....	133

4.2	Elementos da definição	134
4.2.1	Elemento subjetivo	134
4.2.2	Elemento formal	135
4.2.3	Elemento material.....	136
4.3	A pretensa crise na noção de serviço público.....	136
4.4	Princípios.....	139
4.5	Classificação	140
4.6	Formas de gestão.....	144
	Resumo.....	145
Capítulo 5	Poder de Polícia	149
5.1	Introdução	149
5.2	Evolução.....	149
5.3	Conceito.....	151
5.4	Polícia administrativa e judiciária	152
5.5	Meios de atuação	153
5.6	Características.....	153
5.7	Limites.....	156
	Resumo.....	157
Capítulo 6	Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada	159
6.1	Evolução.....	159
6.2	Modalidades.....	159
6.3	Fundamento.....	160
6.4	Função social da propriedade	162
6.5	Limitações administrativas.....	165
6.6	Ocupação temporária.....	168
6.7	Requisição administrativa.....	170
6.8	Tombamento	171
6.8.1	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional	171
6.8.2	Conceito e características	172
6.8.3	Objeto	173
6.8.4	Modalidades	174
6.8.5	Procedimento	175
6.8.6	Efeitos.....	177
6.8.7	Natureza jurídica.....	180
6.9	Servidão administrativa	181
6.9.1	Servidão na teoria geral do direito.....	181
6.9.2	Servidão de direito privado e de direito público	181
6.9.3	Servidão administrativa e limitação administrativa	183
6.9.4	Conceito	183
6.9.5	Forma de constituição.....	184
6.9.6	Extinção.....	185
6.9.7	Direito à indenização	186
6.9.8	Modalidades	186
6.9.8.1	Servidão sobre terrenos marginais	186
6.9.8.2	Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos.....	187

6.9.8.3	Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional.....	187
6.9.8.4	Servidão em torno de aeródromos e heliportos.....	187
6.9.8.5	Servidão militar.....	188
6.9.8.6	Servidão de aqueduto.....	188
6.9.8.7	Servidão de energia elétrica.....	188
6.10	Desapropriação.....	189
6.10.1	Evolução no direito brasileiro.....	189
6.10.2	Conceito.....	191
6.10.3	Modalidades de desapropriação sancionatória.....	191
6.10.4	Procedimento.....	194
6.10.5	Sujeitos ativo e passivo.....	198
6.10.6	Pressupostos.....	200
6.10.7	Objeto.....	201
6.10.8	Indenização.....	203
6.10.9	Natureza jurídica.....	207
6.10.10	Imissão provisória na posse.....	209
6.10.11	Destino dos bens desapropriados.....	211
6.10.12	Desapropriação indireta.....	214
6.10.13	Retrocessão.....	216
	Resumo.....	220
Capítulo 7	Atos Administrativos.....	225
7.1	Fatos da Administração.....	225
7.2	Atos da Administração.....	225
7.3	Origem da expressão.....	226
7.4	Conceito.....	227
7.5	Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos.....	230
7.6	Atributos.....	231
7.6.1	Presunção de legitimidade e veracidade.....	231
7.6.2	Imperatividade.....	233
7.6.3	Autoexecutoriedade.....	234
7.6.4	Tipicidade.....	235
7.7	Elementos.....	235
7.7.1	Sujeito.....	236
7.7.2	Objeto.....	239
7.7.3	Forma.....	240
7.7.4	Finalidade.....	242
7.7.5	Motivo.....	243
7.8	Discricionariedade e vinculação.....	244
7.8.1	Conceito.....	244
7.8.2	Justificação.....	245
7.8.3	Âmbito de aplicação da discricionariedade.....	245
7.8.4	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	248
7.8.5	Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário.....	251
7.9	Classificação.....	253
7.10	Atos administrativos em espécie.....	259
7.10.1	Quanto ao conteúdo.....	259

7.10.1.1	Autorização.....	259
7.10.1.2	Licença.....	261
7.10.1.3	Admissão.....	261
7.10.1.4	Permissão.....	262
7.10.1.5	Aprovação.....	262
7.10.1.6	Homologação.....	263
7.10.1.7	Parecer.....	263
7.10.1.8	Visto.....	265
7.10.2	Quanto à forma.....	266
7.10.2.1	Decreto.....	266
7.10.2.2	Resolução e portaria.....	266
7.10.2.3	Circular.....	267
7.10.2.4	Despacho.....	267
7.10.2.5	Alvará.....	267
7.11	Extinção.....	268
7.11.1	Modalidades.....	268
7.11.2	Anulação ou invalidação.....	268
7.11.2.1	Conceito, efeitos e natureza.....	268
7.11.2.2	Vícios: peculiaridades no direito administrativo.....	270
7.11.2.3	Vícios relativos ao sujeito.....	271
7.11.2.4	Vícios relativos ao objeto.....	274
7.11.2.5	Vícios relativos à forma.....	274
7.11.2.6	Vícios quanto ao motivo.....	274
7.11.2.7	Vícios relativos à finalidade.....	274
7.11.2.8	Consequências decorrentes dos vícios.....	275
7.11.2.9	Atos administrativos nulos e anuláveis.....	277
7.11.2.10	Convalidação.....	277
7.11.2.11	Confirmação.....	280
7.11.3	Revogação.....	280
	Resumo.....	282
Capítulo 8	Contrato Administrativo.....	289
8.1	Contratos da Administração.....	289
8.2	Divergências doutrinárias.....	289
8.3	O contrato administrativo como espécie do gênero contrato.....	291
8.4	Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado.....	293
8.5	Direito positivo.....	296
8.5.1	Normas constitucionais.....	296
8.5.2	Legislação ordinária.....	296
8.6	Características dos contratos administrativos.....	298
8.6.1	Presença da Administração Pública como Poder Público.....	298
8.6.2	Finalidade pública.....	298
8.6.3	Obediência à forma prescrita em lei.....	299
8.6.4	Procedimento legal.....	303
8.6.5	Contrato de adesão.....	304
8.6.6	Natureza <i>intuitu personae</i>	304
8.6.7	Presença das cláusulas exorbitantes.....	304
8.6.7.1	Exigência de garantia.....	305

8.6.7.2	Alteração unilateral.....	305
8.6.7.3	Rescisão unilateral.....	307
8.6.7.4	Fiscalização.....	308
8.6.7.5	Aplicação de penalidades.....	309
8.6.7.6	Anulação.....	310
8.6.7.7	Retomada do objeto.....	311
8.6.7.8	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	312
8.6.8	Mutabilidade.....	312
8.6.8.1	Álea administrativa: alteração unilateral do contrato.....	315
8.6.8.2	Álea administrativa: fato do príncipe.....	315
8.6.8.3	Álea administrativa: fato da administração.....	316
8.6.8.4	Álea econômica: teoria da imprevisão.....	318
8.7	Rescisão do contrato administrativo.....	321
8.8	Modalidades de contratos administrativos.....	322
8.8.1	Concessão.....	322
8.8.1.1	Conceito e modalidades.....	322
8.8.1.2	Natureza jurídica.....	325
8.8.1.3	Concessão de serviço público.....	326
8.8.1.3.1	Evolução.....	326
8.8.1.3.2	Conceito e características.....	328
8.8.1.3.3	Concessão, permissão e autorização de serviço público....	336
8.8.1.4	Parcerias público-privadas.....	339
8.8.1.4.1	Direito positivo.....	339
8.8.1.4.2	Conceito e modalidades.....	340
8.8.1.4.3	Concessão patrocinada.....	341
8.8.1.4.4	Concessão administrativa.....	345
8.8.1.4.5	Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa.....	348
8.8.1.4.6	Da licitação.....	351
8.8.1.4.7	Procedimento de manifestação de interesse.....	356
8.8.1.4.8	Normas aplicáveis apenas à União.....	359
8.8.1.5	Concessão de obra pública.....	364
8.8.1.6	Concessão de uso.....	365
8.8.2	Contratos de obra pública e de prestação de serviços.....	365
8.8.2.1	Empreitada.....	367
8.8.2.2	Administração contratada.....	369
8.8.2.3	Tarefa.....	370
8.8.2.4	Serviços de publicidade.....	370
8.8.3	Contrato de fornecimento.....	371
8.9	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	372
8.10	Contrato de gestão.....	373
8.11	Convênio.....	375
8.12	Consórcio administrativo.....	382
8.13	Terceirização.....	384
8.14	Contratos em Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	391
8.14.1	Regime jurídico.....	391
8.14.2	Regime de contratação integrada.....	392
8.14.3	Convocação para assinatura do contrato.....	393

8.14.4	Remuneração variável.....	394
8.14.5	Contratações simultâneas.....	395
	Resumo.....	396
Capítulo 9	Licitação.....	407
9.1	Conceito.....	407
9.2	Direito positivo.....	408
9.3	Princípios.....	410
9.3.1	Princípio da igualdade.....	411
9.3.2	Princípio da legalidade.....	417
9.3.3	Princípio da impessoalidade.....	418
9.3.4	Princípio da moralidade e da probidade.....	418
9.3.5	Princípio da publicidade.....	418
9.3.6	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	419
9.3.7	Princípio do julgamento objetivo.....	420
9.3.8	Princípio da adjudicação compulsória.....	420
9.3.9	Princípio da ampla defesa.....	421
9.3.10	Princípio da licitação sustentável.....	421
9.4	Obrigatoriedade de licitação.....	425
9.5	Dispensa e inexigibilidade.....	426
9.6	Modalidades.....	442
9.6.1	Concorrência.....	445
9.6.2	Tomada de preços.....	446
9.6.3	Convite.....	447
9.6.4	Concurso.....	449
9.6.5	Leilão.....	449
9.6.6	Pregão.....	450
9.6.7	Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	450
9.7	Procedimento.....	451
9.7.1	Procedimento da concorrência.....	453
9.7.1.1	Edital.....	453
9.7.1.2	Habilitação.....	455
9.7.1.3	Classificação.....	459
9.7.1.4	Homologação.....	462
9.7.1.5	Adjudicação.....	463
9.7.2	Procedimento da tomada de preços.....	464
9.7.3	Procedimento do convite.....	464
9.7.4	Procedimento do concurso.....	464
9.7.5	Procedimento do leilão.....	465
9.7.6	Procedimento do pregão.....	465
9.7.7	Procedimento para contratação de serviços de publicidade.....	469
9.8	Sistema de registro de preços.....	472
9.9	Anulação e revogação.....	478
9.10	Recursos administrativos.....	478
9.11	Licitação no Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	481
9.11.1	Direito positivo.....	481
9.11.2	Principais inovações.....	482
9.11.3	Objetivos da licitação.....	483

9.11.4	Princípios da licitação	483
9.11.5	Restrições à publicidade do orçamento estimado	484
9.11.6	Comissão de licitação	484
9.11.7	Procedimento da licitação	485
9.11.8	Procedimentos auxiliares das licitações	496
9.11.9	Pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos	503
9.11.10	Sanções	504
	Resumo	505
Capítulo 10	Administração Indireta	513
10.1	Descentralização	513
10.1.1	Descentralização e desconcentração	513
10.1.2	Descentralização política e administrativa	513
10.1.3	Modalidades de descentralização administrativa	514
10.1.3.1	Descentralização territorial	514
10.1.3.2	Descentralização por serviços	515
10.1.3.3	Descentralização por colaboração	516
10.1.4	Evolução	517
10.1.5	A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro	519
10.1.5.1	A confusão do legislador	519
10.1.5.2	A expressão Administração Indireta na Constituição	522
10.2	Entidades da Administração Indireta	523
10.2.1	Modalidades e natureza jurídica	523
10.2.2	Regime jurídico	523
10.3	Autarquias	528
10.3.1	O vocábulo autarquia	528
10.3.2	Evolução no direito brasileiro	528
10.3.3	Conceito e características	529
10.3.4	Posição perante a Administração Pública e terceiros	530
10.3.5	Classificação	531
10.4	Fundação	534
10.4.1	Natureza jurídica e conceito	534
10.4.2	Fundação de direito privado	536
10.4.3	Direito positivo brasileiro	539
10.4.4	Fundação de direito público	542
10.5	Empresas estatais	543
10.5.1	Alcance da expressão	543
10.5.2	Distinção quanto ao tipo de atividade	544
10.5.3	Sociedade de economia mista, empresa pública e subsidiárias	546
10.5.3.1	Estatuto jurídico	546
10.5.3.2	Conceito legal	549
10.5.3.3	Traços comuns	552
10.5.3.4	Traços distintivos	556
10.5.3.5	Regime jurídico	559
10.5.3.6	Órgãos de Administração	561
10.5.3.7	Função social	563
10.5.3.8	Responsabilidade e controle interno	565
10.5.3.9	Licitação	567

10.5.3.10	Contratos	572
10.5.3.11	Fiscalização.....	573
10.6	Normas comuns às entidades da Administração Indireta	574
10.7	Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas	581
10.8	Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta	582
10.9	Agências	584
10.9.1	Considerações gerais.....	584
10.9.2	Agência executiva	586
10.9.3	Agência reguladora.....	588
10.10	Consórcio público	593
10.10.1	Considerações gerais	593
10.10.2	Conceito e natureza jurídica	596
10.10.3	Constituição, alteração e extinção do consórcio.....	598
10.10.4	Contratos de rateio	601
10.10.5	Contratos de programa e convênios de cooperação	601
10.11	Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta.....	604
	Resumo.....	607
Capítulo 11	Entidades Paraestatais e Terceiro Setor	617
11.1	A expressão <i>entidade paraestatal</i>	617
11.2	Aproximação entre entidades paraestatais e terceiro setor	620
11.3	As entidades paraestatais no direito positivo.....	624
11.4	Serviços sociais autônomos	627
11.5	Entidades de apoio	629
11.6	Organizações sociais.....	635
11.7	Organizações da sociedade civil de interesse público	643
11.8	Organizações da sociedade civil	648
11.8.1	Abrangência da Lei nº 13.019/14	648
11.8.2	Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	650
11.8.3	Do chamamento público	651
11.8.3.1	Providências preliminares.....	651
11.8.3.2	Procedimento do chamamento público	652
11.8.3.3	Dispensa e inexistência do chamamento público.....	654
11.8.4	Da celebração do termo de colaboração e do termo de fomento	655
11.8.5	Das vedações.....	657
11.8.6	Das contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil.....	658
11.8.7	Medidas moralizadoras.....	658
	Resumo.....	660
Capítulo 12	Órgãos Públicos.....	667
12.1	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos	667
12.2	Conceito.....	668
12.3	Natureza.....	669
12.4	Classificação	670
	Resumo.....	671
Capítulo 13	Servidores Públicos.....	673
13.1	Terminologia.....	673

XXVIII DIREITO ADMINISTRATIVO • Di Pietro

13.2	Agentes públicos.....	674
13.2.1	Agentes políticos.....	674
13.2.2	Servidores públicos.....	677
13.2.3	Militares.....	680
13.2.4	Particulares em colaboração com o Poder Público.....	683
13.3	Cargo, emprego e função	684
13.4	Normas constitucionais.....	686
13.4.1	Regime jurídico do servidor	686
13.4.2	Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas.....	688
13.4.3	Condições de ingresso	689
13.4.4	Sistema remuneratório dos servidores públicos.....	696
13.4.4.1	Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento	697
13.4.4.2	Regime de subsídios.....	700
13.4.4.2.1	Agentes públicos em regime de subsídio.....	701
13.4.4.2.2	Competência para fixação e alteração dos subsídios....	702
13.4.4.2.3	Subsídios para os servidores organizados em carreira.	703
13.4.4.3	Normas comuns à remuneração e aos subsídios	704
13.4.4.3.1	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	704
13.4.4.3.2	Teto das remunerações e subsídios.....	705
13.4.4.3.3	Irredutibilidade de remuneração e subsídio	710
13.4.5	Direito de greve e de livre associação sindical.....	711
13.4.6	Proibição de acumulação de cargos.....	715
13.4.7	Aposentadoria e pensão.....	718
13.4.7.1	Regime previdenciário.....	719
13.4.7.2	Princípios da reforma previdenciária.....	720
13.4.7.3	Regimes previdenciários diferenciados	722
13.4.7.4	Modalidades de aposentadoria	727
13.4.7.5	Valor dos proventos de aposentadoria voluntária e das pensões	738
13.4.7.6	Disposições transitórias.....	740
13.4.7.7	Previdência complementar	744
13.4.7.8	Contagem de tempo para aposentadoria	746
13.4.8	Estabilidade.....	747
13.4.9	Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	752
13.4.10	Direitos sociais	752
13.4.11	Limites de despesa com pessoal	753
13.4.12	Limites decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/16	757
13.5	Provimento e investidura.....	758
13.6	Vacância.....	763
13.7	Direitos e deveres	763
13.8	Responsabilidade.....	766
13.8.1	Responsabilidade civil.....	768
13.8.2	Responsabilidade administrativa	770
13.8.3	Responsabilidade penal	772
13.8.4	Comunicabilidade de instâncias	774
	Resumo.....	779
Capítulo 14	Processo Administrativo.....	789
14.1	Processos estatais.....	789

14.2	Processo administrativo	790
14.3	Processo e procedimento	791
14.4	Modalidades	792
14.5	Processo administrativo eletrônico	794
14.6	Princípios	796
14.6.1	Princípio da publicidade	796
14.6.2	Princípio da oficialidade	797
14.6.3	Princípio da obediência à forma e aos procedimentos	798
14.6.4	Princípio da gratuidade	799
14.6.5	Princípio da ampla defesa e do contraditório	799
14.6.6	Princípio da atipicidade	802
14.6.7	Princípio da pluralidade de instâncias	803
14.6.8	Princípio da economia processual	804
14.6.9	Princípio da participação popular	804
14.7	Processo administrativo disciplinar	806
14.8	Processo sumário	809
14.8.1	Sindicância	809
14.8.2	Verdade sabida	809
	Resumo	809
Capítulo 15 Responsabilidade Extracontratual do Estado		813
15.1	Delimitação do tema	813
15.2	Evolução	814
15.2.1	Teoria da irresponsabilidade	814
15.2.2	Teorias civilistas	815
15.2.3	Teorias publicistas	816
15.3	Direito positivo brasileiro	818
15.4	Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	821
15.5	Responsabilidade do Estado por omissão	823
15.6	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos	827
15.7	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	831
15.8	Reparação do dano	834
	Resumo	837
Capítulo 16 Bens Públicos		843
16.1	Evolução	843
16.2	Classificação	844
16.3	Bens do domínio público do Estado	846
16.3.1	Conceito	846
16.3.2	Natureza jurídica	847
16.3.3	Modalidades	848
16.3.4	Regime jurídico	849
16.4	Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais	850
16.4.1	Conceito	850
16.4.2	Características	851
16.4.3	Regime jurídico	852
16.5	Alienação	856
16.5.1	Alienação dos bens de uso comum e de uso especial	856

16.5.2	Alienação dos bens dominicais	857
16.6	Uso de bem público por particular	862
16.6.1	Uso normal e uso anormal	862
16.6.2	Uso comum.....	863
16.6.3	Uso privativo.....	865
16.6.3.1	Conceito e características.....	865
16.6.3.2	Instrumentos estatais de outorga de uso privativo	867
16.6.3.3	Autorização, permissão e concessão	867
16.6.3.4	Uso privativo de bens imóveis da União	873
16.6.3.5	Tutela do uso privativo	881
16.7	Formação do patrimônio público.....	882
16.8	Bens públicos em espécie.....	886
16.8.1	Direito positivo.....	886
16.8.2	Terrenos reservados.....	887
16.8.3	Terrenos de marinha e seus acréscidos	890
16.8.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	891
16.8.5	Terras devolutas.....	892
16.8.5.1	Evolução da propriedade rural no Brasil.....	892
16.8.5.2	Conceito e natureza jurídica.....	894
16.8.5.3	Titularidade	896
16.8.5.4	Processo de discriminação.....	897
16.8.6	Faixa de fronteira	898
16.8.7	Ilhas.....	899
16.8.8	Águas públicas.....	899
16.8.9	Minas e jazidas	902
16.8.9.1	Conceito.....	902
16.8.9.2	Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas	902
16.8.9.3	Evolução no direito brasileiro.....	903
16.8.9.4	Sistema atual.....	904
	Resumo.....	904
Capítulo 17	Controle da Administração Pública.....	915
17.1	Conceito e abrangência	915
17.2	Espécies.....	916
17.3	Controle administrativo.....	917
17.3.1	Conceito e alcance	917
17.3.2	Recursos administrativos	918
17.3.2.1	Conceito, efeitos e fundamento.....	918
17.3.2.2	Modalidades.....	920
17.3.2.3	Coisa julgada administrativa	925
17.3.2.4	Prescrição administrativa.....	926
17.4	Controle legislativo	928
17.4.1	Alcance	928
17.4.2	Controle político.....	928
17.4.3	Controle financeiro.....	930
17.5	Controle judicial.....	932
17.5.1	Sistema de unidade de jurisdição.....	932
17.5.2	Limites	932

17.5.3	Controle judicial das políticas públicas.....	934
17.5.3.1	Conceito de políticas públicas e competência para sua definição e execução.....	934
17.5.3.2	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	936
17.5.4	A Administração Pública em juízo.....	941
17.5.5	Meios de controle.....	954
17.5.5.1	<i>Habeas corpus</i>	955
17.5.5.2	<i>Habeas data</i>	956
17.5.5.3	Mandado de injunção.....	959
17.5.5.3.1	Controvérsias quanto à origem.....	959
17.5.5.3.2	Objeto do mandado de injunção.....	961
17.5.5.3.3	A solução adotada pela Lei nº 13.300/16.....	963
17.5.5.3.4	Pressupostos.....	964
17.5.5.3.5	Mandado de injunção individual ou coletivo.....	964
17.5.5.3.6	Anotações quanto ao processo.....	966
17.5.5.3.7	Competência para julgamento.....	967
17.5.5.4	Mandado de segurança individual.....	968
17.5.5.4.1	Origem.....	968
17.5.5.4.2	Conceito e pressupostos.....	969
17.5.5.4.3	Restrições.....	974
17.5.5.4.4	Anotações quanto ao processo.....	977
17.5.5.4.5	Prazo.....	984
17.5.5.5	Mandado de segurança coletivo.....	984
17.5.5.6	Ação popular.....	988
17.5.5.6.1	Evolução.....	988
17.5.5.6.2	Conceito e pressupostos.....	989
17.5.5.6.3	Sujeito ativo e passivo.....	992
17.5.5.6.4	Posição do Ministério Público.....	994
17.5.5.6.5	Objeto.....	995
17.5.5.6.6	Anotações quanto ao processo.....	996
17.5.5.7	Ação civil pública.....	997
17.5.5.7.1	Origem e evolução.....	997
17.5.5.7.2	Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo.....	998
17.5.5.7.3	Pressupostos e conceito.....	999
17.5.5.7.4	Sujeito ativo e passivo.....	1000
17.5.5.7.5	Funções do Ministério Público.....	1001
17.5.5.7.6	Objeto.....	1002
17.5.5.7.7	Anotações quanto ao processo.....	1002
	Resumo.....	1003
Capítulo 18	Improbidade Administrativa.....	1015
18.1	Legalidade, moralidade e probidade.....	1015
18.2	Evolução no direito positivo.....	1017
18.3	Lei de Improbidade Administrativa.....	1021
18.3.1	Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível.....	1021
18.3.2	Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa.....	1023

18.3.3	Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa	1024
18.3.3.1	Sujeito passivo	1024
18.3.3.2	Sujeito ativo	1025
18.3.3.3	Ocorrência de ato danoso	1031
18.3.3.4	Elemento subjetivo: dolo ou culpa	1034
18.3.4	Sanções	1035
18.3.5	Procedimento administrativo	1037
18.3.6	Ação judicial de improbidade administrativa	1038
	Resumo.....	1042
Capítulo 19	Responsabilidade das Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Danosos Contra a Administração Pública.....	1047
19.1	Da Lei Anticorrupção.....	1047
19.2	Dos requisitos da responsabilização.....	1049
19.3	Responsabilização administrativa	1052
19.4	Do processo administrativo de responsabilização.....	1053
19.5	Do acordo de leniência.....	1055
19.6	Da responsabilização judicial	1056
19.7	Do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	1058
	Resumo.....	1059
Capítulo 20	Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública.....	1063
20.1	Direito positivo.....	1063
20.2	A arbitragem na Administração Pública.....	1065
20.2.1	Das controvérsias doutrinárias.....	1065
20.2.2	Inovações da Lei nº 13.129, de 26-5-15, quanto à arbitragem na Administração Pública	1067
20.2.3	Direitos patrimoniais disponíveis	1068
20.2.4	Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93.....	1070
20.2.5	Matérias que podem ser submetidas à arbitragem.....	1071
20.2.6	Competência para autorizar a arbitragem.....	1072
20.2.7	Arbitragem de direito.....	1073
20.2.8	Conflito entre sigilo e publicidade	1074
20.3	Mediação	1075
20.4	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público	1076
20.4.1	Conceito e alcance	1076
20.4.2	Medidas de autocomposição de conflitos.....	1077
	Resumo.....	1080
	Bibliografia	1085
	Índice Remissivo.....	1095